



Conselho Municipal de Educação
de Loures

ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA - MANDATO 2021/2025

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LOURES

No dia 8 de julho de 2024, pelas 18 horas e 10 minutos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu início à 6.ª Reunião Ordinária do Mandato 2021/2025 do Conselho Municipal de Educação de Loures (CMEL), que teve lugar no Palácio dos Marqueses da Praia e de Monforte, com as seguintes presenças registadas na folha de presenças anexa:

Presidência do CMEL:

- Ricardo Leão

Conselheiros:

- Nuno Leitão
- Jorge Moço
- Luís Filipe Roque
- Ricardo Marques Dias
- Maria de Lurdes Costa
- Pedro Reis
- Rui Rebelo
- Patrícia Rodrigues
- Marta Mouro
- Maria de Fátima Manuel
- Fernanda Marques
- Ivo Cardoso

- Irene Louro
- João Carvalho
- Isabel Araújo
- Marilisa Cambraia
- Maria da Luz Costa
- Carla Pimentel Luz
- Magda Almeida
- Maria Manuel Andrade
- Teresa Graça
- Vítor Paulo da Silva Mota
- António Morgado
- Octávio José da Silva Inácio
- Alzira Batista
- Maria Gabriela Alves
- Isabel Carçoço
- Maria Dulce da Silva Duarte
- Marta Sofia Rilhó da Rocha e Silva
- Mafalda Alemão
- Maria do Céu Carreira Lopes

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 - Tomada de posse

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures deu posse à Sr.^a Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional, Maria de Fátima Manuel, e à Sr.^a Representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro, Alzira Batista.



Ponto 2 – Aprovação das Atas da 5.ª Reunião Ordinária e da 1.ª Reunião Extraordinária do Mandato 2021-2025

A Sr.ª Diretora do Agrupamento de Escolas José Afonso, Irene Louro, solicitou a palavra para apresentar uma nota prévia relacionada com os conteúdos da ata da 1.ª Reunião Extraordinária do CMEL – Mandato 2021-2025, em particular sobre o acolhimento dos alunos estrangeiros nas escolas do Concelho.

Transcreve-se na íntegra a intervenção da Prof.ª Irene Louro:

“Exmo. Senhor Presidente, caros conselheiros,

Gostaria, pelos anos de conselheira, pela minha postura e profissionalismo e ainda pela minha dedicação à Escola Pública, de poder fazer um esclarecimento/ intervenção sobre a última reunião de CMEL, no âmbito de uma intervenção minha e da resposta que tive do Senhor Delegado Regional.

Quando afirmamos alguma coisa temos de estar na posse dos dados, pelo que, na altura não quis estar a insistir nas minhas alegações e em minha defesa sobre o que havia referido. Hoje trouxe dados e informações relevantes que podem confirmar a minhas asserções na altura.

Contextualização: o acolhimento dos alunos estrangeiros nas escolas do Concelho

Após uma intervenção do Senhor Delegado Regional sobre o acolhimento dos alunos estrangeiros eu reagi às informações prestadas pelo senhor Delegado Regional. Na minha intervenção nunca, no seu conteúdo, se poderia entender ou subentender qualquer entrave ao acolhimento dos alunos estrangeiros, mas apenas estranhar as informações prestadas pelo Senhor Delegado Regional e sensibilizá-lo, enquanto interlocutor privilegiado da tutela, para as necessidades de mais recursos humanos, traduzidos em mais crédito horário próprio para todos os alunos estrangeiros e muito concretamente para os alunos PLNM.

A resposta que me foi dada, de que não sabia do que estava a falar foi desadequada. Como já referi não houve reação da minha parte porque não tinha dados concretos para apresentar. Hoje venho munida dos mesmos.

Caro Presidente da mesa, caro Senhor Delegado Regional, caros conselheiros, apenas trago dados referentes ao Agrupamento de Escolas José Afonso, mas são muito indicativos, certamente, do que acontece no Concelho:

Ano letivo	Nº de alunos estrangeiros	Alunos com PLNM
2020/ 2021	189	3
2021/2022	205	38
2022/2023	261	42
2023/2024	353	55

Como todos sabemos, os alunos de PLNM têm, de acordo com legislação específica, direito a um conjunto de medidas, designadamente a um número de tempos para a constituição de grupos turma. Apesar disso as medidas previstas não são suficientes para que as escolas consigam superar as dificuldades que lhe são diagnosticadas. Como exemplo a obrigatoriedade para a constituição do grupo de 10 alunos (mínimo de 10 alunos).

Corroborando esta minha preocupação passada e atual, deixo uma passagem do jornal Expresso, de 5 de julho caderno principal, na qual o Senhor Secretário de Estado Alexandre Cristo diz sobre a integração dos alunos imigrantes: “Constatamos que o número de alunos migrantes está a crescer de uma forma

acelerada e isso dificulta o trabalho das escolas, que não estavam preparadas para esse crescimento, não tinham meios de apoio aos alunos nem estratégias instaladas. “

Resta-me dizer que como diretora estou sempre do lado da solução, contudo, gosto de ver que no terreno somos reconhecidos pelo trabalho que fazemos. Obrigada”

As atas da 5.ª Reunião Ordinária e da 1.ª Reunião Extraordinária do Mandato 2021-2025, previamente remetidas por e-mail para todos os conselheiros, foram aprovadas por unanimidade dos presentes na reunião (em anexo).

Ponto 3 - Normas do Serviço de Apoio à Família – Ano Letivo 2024/2025

A Câmara Municipal de Loures, através do Chefe da Divisão de Ação Social Escolar, apresentou o documento “Normas do Serviço de Apoio à Família – Ano Letivo 2024/2025”, previamente remetido aos Srs. Conselheiros (apresentação em anexo).

No âmbito do Serviço de Apoio à Família, destacaram-se as alterações registadas na marcação e desmarcação de refeições. Todas as refeições podem ser desmarcadas, através da Plataforma SIGA, até às 9h30 do próprio dia, sendo que a não desmarcação da refeição implica o pagamento da mesma. Ainda no que diz respeito às refeições escolares, destacou-se que as mesmas passarão a ser gratuitas no próximo ano letivo para os seguintes escalões: 2.º - Escalão B (2.º ciclo); 2.º - Escalão B - Alunos NSE (2.º/3.º ciclos e secundário) e Sem escalão - Alunos NSE (2.º/3.º ciclos e secundário).

O impacto financeiro destas medidas, a par do apoio às entidades parceiras das Atividades de Animação e Apoio à Família, ronda para o próximo ano letivo os 180 mil euros, representando um aumento de cerca de 101 mil euros em relação ao ano anterior.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, sublinhou a importância do envolvimento das Associações de Pais e Encarregados de Educação e das Instituições Particulares de Solidariedade Social na elaboração destas Normas.

Foi atribuído, por unanimidade dos presentes, parecer favorável à proposta de Normas do Serviço de Apoio à Família – Ano Letivo 2024/2025, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Ponto 4 - Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2024/2025

A Câmara Municipal de Loures, através do Chefe da Divisão de Ação Social Escolar, apresentou o documento “Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2024/2025”, previamente remetido aos Srs. Conselheiros (apresentação em anexo).

No Plano de Transportes Escolares, sublinhou-se que se mantinham os apoios para alunos residentes a frequentar estabelecimentos de ensino dentro do concelho de Loures no âmbito dos circuitos especiais e alunos com Necessidades de Saúde Especiais (extensivo até aos 21 anos); e para alunos residentes a frequentar estabelecimentos de ensino fora do concelho de Loures no âmbito da atribuição de subsídios, caso seja comprovada a inexistência de vaga, curso ou área de formação no Município.

A Sr.^a Representante dos Docentes da Educação Pré-Escolar, Maria de Lurdes Costa, levantou uma questão e fez um pedido sobre os Transportes Escolares. Pretendia esclarecer se o nível de ensino pré-escolar estava abrangido no plano de transportes escolares e, adicionalmente, pediu especial atenção para as famílias com mais de um filho, nomeadamente quando um dos irmãos frequenta o primeiro ciclo e outro o pré-escolar. Considerou que transportar apenas o aluno do primeiro ciclo representa um problema para as famílias, que se veem obrigadas a transportar o do pré-escolar por conta própria, reduzindo, assim, a utilidade do transporte escolar.

Em resposta, o Chefe da Divisão de Ação Social Escolar, Pedro Fonseca, esclareceu que, de acordo com a legislação vigente, o pré-escolar não está formalmente abrangido pelos transportes escolares. Contudo, o município tem adotado o critério de, quando existe disponibilidade nos meios alocados ao transporte em circuito especial, e se houver vagas, estender o serviço a crianças do pré-escolar. Existem exemplos desta prática em Bucelas e Loures, onde, devido à disponibilidade de meios, também se procede ao transporte destas crianças. No entanto, frisou que essa medida não é universal, uma vez que a lei não obriga a tal, e, por isso, não está formalmente contemplada.

Relativamente às situações de famílias com irmãos em diferentes níveis de ensino, foi mencionado que esse é um critério prioritário no transporte escolar. Quando existe um aluno no primeiro ciclo e outro no pré-escolar, procura-se garantir o transporte de ambos, desde que a situação esteja devidamente identificada. Atualmente, não há conhecimento de nenhum caso de dois irmãos que não estejam a ser transportados em conjunto.

Foi atribuído, por unanimidade dos presentes, parecer favorável à proposta de Plano de Transportes Escolares – Ano Letivo 2024/2025, apresentada pela Câmara Municipal de Loures.

Ponto 5 - Outros Assuntos

A Sr.^a Diretora do Agrupamento de Escolas de Camarate - D. Nuno Álvares Pereira, Marilisa Cambraia, solicitou a palavra para expressar a sua preocupação em relação às instalações do seu Agrupamento de Escolas. A sede foi alvo de pequenas intervenções. Foram colocadas baias, mas, na sua opinião, não são suficientes; a parte dos pavilhões está completamente degradada. Referiu a visita de um engenheiro que confirmou o perigo nas infraestruturas e sublinhou a urgência de ações para garantir a dignidade e segurança dos alunos. Foi destacado que a perspetiva de iniciar um novo ano letivo em condições precárias é motivo de enorme preocupação para toda a comunidade escolar.

O Sr. Representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, Rui Rebelo, abordou diversas questões, nomeadamente a taxa de ocupação das escolas do Concelho, as obras em curso, a saúde escolar e o cartão de refeições escolares. Sobre a Taxa de Ocupação das Escolas, destacou a elevada pressão sobre as escolas do Concelho, com situações em que há nove inscrições para uma vaga. A Carta Educativa de 2020-2022 já indicava que 7 dos 13 agrupamentos de escolas e escola secundária tinham uma taxa de ocupação superior a 100%. Apelou à contínua atenção para esta questão e sugeriu a necessidade de assegurar a continuidade dos alunos no Concelho, especialmente no terceiro ciclo e ensino secundário. Sobre as Pequenas Obras nas Escolas, referiu que algumas pequenas obras, discutidas em outubro passado, continuam por realizar e pediu celeridade na sua execução. Sobre as condições nas casas de banho, realçou a degradação das mesmas em vários agrupamentos, afetando o bem-estar dos alunos, principalmente nos segundo e terceiro ciclos. Pediu uma intervenção para melhorar as condições de higiene e segurança. Sobre o Novo Modelo do Cartão de Refeição, sugeriu a realização de um balanço do novo modelo de cartão de refeição, implementado há cerca de um ano, para avaliar se os objetivos foram alcançados e se são necessários ajustamentos.

A Sr.^a Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Patrícia Rodrigues, solicitou a palavra para tecer algumas observações. Primeiramente, felicitou o trabalho realizado nas normas, considerando notável a clareza do mesmo, especialmente tendo em conta as alterações introduzidas num horizonte temporal tão curto. Aproveitou para desafiar todos a promover um trabalho semelhante nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), destacando a importância de colaborar com os parceiros das IPSS.

Realçou que, embora tenham sido feitos progressos, existem muitos desafios, especialmente em relação a horários e conteúdos pedagógicos das AEC. Enfatizou que, apesar do bom trabalho realizado, persistem dificuldades no terreno.

Destacou a necessidade de valorizar as AEC, sublinhando que não se trata apenas de entreter crianças, mas de moldar futuros cidadãos. Expressou preocupação com a situação atual, que considera insatisfatória.

A Sr.^a Representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, também abordou a questão das creches, mencionando que a média é de 12 crianças por vaga, o que é alarmante. Embora haja tentativas de aumentar a capacidade nas creches, é fundamental alargar também a resposta no pré-escolar, uma vez que muitas crianças de 3 anos não terão lugar este ano, devido a fatores atípicos, como a imigração. Alertou para o elevado número de crianças sem acesso a equipamento, tanto na rede pública quanto na solidária ou privada, e expressou a preocupação de que, mesmo com o aumento da capacidade nas creches, a situação no pré-escolar continua crítica, afetando também crianças de 4 anos.

O Sr. Representante dos Docentes do Ensino Básico, Ricardo Marques Dias, solicitou a palavra para abordar a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Destacou a dificuldade enfrentada pelo Agrupamento de Escolas José Afonso em gerir as AEC. Referiu que nos últimos dois anos, professores do agrupamento foram designados para dar as aulas, com apoio da diretora. A dificuldade de encontrar professores disponíveis para lecionar uma hora por dia, das 16h às 17h, é significativa. Na sua opinião, a solução atual envolve a modificação dos horários dos professores titulares, mas isso não é sustentável. Sugere que a Câmara Municipal organize uma bolsa de professores para várias escolas, possibilitando horários completos para esses profissionais.

A Sr.^a Representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Fátima Manuel, referiu que, na sua experiência no centro de emprego, atende muitas pessoas que não conseguem ajustar-se a ofertas de trabalho devido à falta de respostas no concelho de Loures na valência creche, para crianças até aos 3 anos. Salientou a urgência de se encontrar novas respostas, especialmente para trabalhadores da hotelaria e famílias monoparentais, que são numerosas no Concelho.

O Sr. Representante do Departamento Governamental Responsável pela Área da Educação, Jorge Moço, solicitou a palavra para enfatizar a importância do alargamento do pré-escolar até aos 3 anos, com esforços para aumentar a oferta, e para anunciar o retorno da figura do vigilante nas escolas para melhorar a segurança.

No final desta sessão do CMEL, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, deu nota de que muito brevemente a Universidade Europeia irá instalar-se no Concelho (Moscavide), com cerca de 3 mil alunos, acrescentando que a Autarquia está a trabalhar num regulamento de apoio a jovens universitários residentes no Concelho.

Eram 19 horas e 47 minutos quando o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Ricardo Leão, declarou encerrada a Reunião.

O Sr. Presidente do CMEL



Ricardo Leão

Loures, 8 de julho de 2024

